



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Ontem, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Raimundo do Rosário, afirmou que ia, da lista dos 48 terrenos cujo desaproveitamento é imputável aos concessionários, excluir 16 e publicar em Boletim Oficial a declaração da caducidade de outros 5, e ainda que 9 terrenos se encontram em análise, ou seja, no máximo, apenas é possível recuperar 32 terrenos.

O problema dos terrenos desaproveitados tem sido ao longo dos anos alvo de grande atenção da sociedade, mas o Governo tem vindo a recusar-se a prestar quaisquer informações sobre os terrenos em causa, evitando falar da sua localização, uma vez que estão ainda em processo judicial. Muitos residentes receiam que o Governo não consiga resolver de forma justa estes terrenos desaproveitados, ou até que recupere alguns terrenos de pouco valor, acabando, por fim, por excluir da lista alguns terrenos com valor elevado.

Após anos de estudo e análises, de repente, identifica-se agora que afinal já não é imputada aos concessionários a responsabilidade pelo não aproveitamento daqueles terrenos, que antes era imputável a esses mesmos concessionários, e o público não consegue perceber os fundamentos que levaram à exclusão dos terrenos da lista! Raimundo do Rosário adiantou que, antes de assumir o cargo, a situação daqueles terrenos já tinha sido decidida, mas porque é que, quando o novo Governo foi questionado pela sociedade sobre o ponto da situação da recuperação dos 48 terrenos desaproveitados,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

nunca esclareceu o público que alguns desses terrenos tinham sido excluídos da lista?

De acordo com a Lei Orgânica da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), compete à sua subunidade – Departamento de Gestão de Solos: “assegurar a realização dos aproveitamentos das concessões de terrenos do Território e zelar pelo rigoroso cumprimento das condições contratuais estabelecidas nos contratos de concessão ou de revisão”, ou seja, este Departamento é responsável pela fiscalização rigorosa dos contratos das concessões de terrenos, mas, cada vez que as autoridades vão à Assembleia Legislativa para esclarecer o ponto de situação dos terrenos desaproveitados, continuam a usar o pretexto de que estão a organizar as respectivas informações, e isto demonstra que este Departamento não cumpre as suas atribuições de fiscalização dos contratos das concessões de terrenos.

O tratamento dos terrenos desaproveitados envolve grandes interesses, nomeadamente, interesses públicos, tratando-se duma matéria bastante delicada, mas a falta de transparência das informações leva ao aumento do descontentamento e das suspeitas da sociedade, por isso, não é de estranhar que a divulgação dessa informação tenha gerado duras críticas da sociedade.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. Porque é que, de entre estes 48 terrenos cujo desaproveitamento é imputável aos concessionários, o Governo, após anos de estudo e análises, de repente, excluiu 16 deles da lista, por ter identificado que, afinal, os concessionários não são responsáveis pelo seu desaproveitamento?
2. O Governo salientou que não ia apresentar ao público as informações sobre os terrenos antes de terminar o respectivo processo judicial, por forma a evitar eventuais desvantagens. Aqueles 16 terrenos foram excluídos da lista, por isso, não têm a ver com processos nem de recuperação nem judiciais. Porque é que o Governo não esclareceu, de imediato, os critérios e fundamentos que levaram à exclusão da lista de cada terreno, a fim de convencer o público a concordar com a legalidade, racionalidade e razoabilidade das medidas adoptadas?
3. Em 2011, o Governo revelou que havia 113 terrenos cujo desenvolvimento se encontrava inacabado. Já se passaram mais de quatro anos e não se exclui a possibilidade de que, no futuro, surjam outros casos deste género. O Governo deve prometer ao público, recorrendo à rede de informação cadastral ou a um quadro detalhado, que vai apresentar o prazo, a localização e o ponto de situação do desenvolvimento dos terrenos concedidos, por forma a assegurar que a sociedade possa fiscalizar os contratos de concessão de terrenos e que



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

o Departamento de Gestão de Solos possa cumprir eficazmente as suas atribuições legais. Vai fazê-lo?

**A Deputada à Assembleia Legislativa,**

**Lei Cheng I**

17 de Junho de 2015